

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 13/2022: CGEST/DIGAP – Jurídico	
Título e Código do Projeto	914BRZ1115: Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	<i>02 (duas)</i>
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.1.1: Realizar levantamento situacional de instrumentos pactuados no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional, estratificado nas diferentes realidades geográficas e socioeconômicas dos municípios.

1- FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP.

Entende-se pela necessidade de contratação de consultoria especializada para a realização de diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim fortalecer o planejamento, o monitoramento e a execução das ações de programas e projetos educacionais para capacitação de recursos humanos da educação e aquisição de recursos pedagógicos, realizados em parceria com as Secretarias, Fundações e Autarquias do Ministério da Educação e outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual e municipal. Para a realização dos produtos e resultados esperados, faz-se necessário contratação especializada no desenvolvimento de estudos, análises e outras ações estratégicas à luz da legislação vigente, normativas legais e boas práticas administrativas, com o objetivo de promover a transparência na gestão do FNDE, e melhoria dos processos de normatização e controle de atividades desenvolvidas pelas coordenações gerais da DIGAP, por meio de instrumentos pactuados entre o FNDE e os entes federados.

Cabe esclarecer que o FNDE não possui em seu quadro funcional, servidores disponíveis com as qualificações e experiência necessárias à execução dos produtos que são objeto deste edital.

2- ENQUADRAMENTO NO PRODOC

- a) **Resultados que serão alcançados: Resultado 1.1:** Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.

- b) **Enquadramento no Prodoc: Atividade 1.1.1:** Realizar levantamento situacional de instrumentos pactuados no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional, estratificado nas diferentes realidades geográficas e socioeconômicas dos municípios.

3- ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Atividades a serem executadas (as atividades são comuns para todos os produtos)

Atividade 1: Levantar dados relativos a instrumentos pactuados no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, referentes a ações de infraestrutura educacional, levando em consideração as diferentes realidades geográficas e socioeconômicas das unidades da federação frente aos normativos e a legislação vigente;

Atividade 2: Levantar e analisar dados referentes à execução de ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, especialmente relacionadas à educação infantil frente aos normativos e a legislação vigente;

Atividade 3: Levantar e analisar dados referentes à execução de ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, especialmente relacionadas ao ensino fundamental frente aos normativos e a legislação vigente;

Atividade 4: Levantar e analisar dados referentes à execução de ações de infraestrutura educacional pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, especialmente relacionadas à construção de quadras e coberturas escolares frente aos normativos e a legislação vigente;

Atividade 5: Levantar dados relativos à execução de ações de infraestrutura educacional pactuadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, frente aos normativos e a legislação vigente e de modo a identificar obras inacabadas que tenham sido objeto de solicitação de repactuação no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC.

4- CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos <u>Estados Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à construção de escolas de educação infantil , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	45 Dias
Documento Técnico “B” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos <u>Estados Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à construção de escolas de ensino fundamental , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	100 Dias
Documento Técnico “C” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos <u>Estados Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à reforma e ampliação de escolas de educação	155 Dias

infantil , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	
Documento Técnico “D” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados <u>Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à <u>reforma e ampliação de escolas de ensino fundamental</u> , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	215 Dias
Documento Técnico “E” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados <u>Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à <u>construção de quadras e coberturas escolares</u> , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	270 Dias
Documento Técnico “F” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados <u>Maranhão/Paraíba/Pernambuco/Piauí/Rio Grande do Sul</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, <u>que tenham sido objeto de solicitação de repactuação no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC</u> , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	325 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados <u>Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à <u>construção de escolas de educação infantil</u> , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	45 Dias
Documento Técnico “B” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados <u>Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal</u> , por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à <u>construção de escolas de ensino fundamental</u> , com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.	100 Dias

<p>Documento Técnico “C” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à reforma e ampliação de escolas de educação infantil, com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.</p>	155 Dias
<p>Documento Técnico “D” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à reforma e ampliação de escolas de ensino fundamental, com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.</p>	215 Dias
<p>Documento Técnico “E” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR (terceiro ciclo), destinadas à construção de quadras e coberturas escolares, com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.</p>	270 Dias
<p>Documento Técnico “F” - contendo estudo avaliativo visando a <u>proposição da atualização dos normativos internos e do apoio jurídico à CGEST/DIGAP com vistas a melhoria das atividades finalísticas prestadas pelo FNDE</u> relativo às ações pactuadas no âmbito dos Estados Bahia/Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, que tenham sido objeto de solicitação de repactuação no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC, com vistas a proposição de melhorias referentes ao apoio técnico e financeiro prestado pelo FNDE, de modo a contribuir na implementação, monitoramento e avaliação das respectivas ações de infraestrutura educacional.</p>	325 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5- INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso ao Sistema SIMEC, e às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados pelo FNDE os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6- REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

6.1. Obrigatórios:

- a) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- b) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação, em direito ou administração ou ciências sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- c) **Experiência profissional comprovada (anos/período):** Experiência profissional mínima de 05 (cinco) anos em atividades jurídico-administrativas, seja no âmbito público ou privado, relacionadas à produção e análise de pareceres e acompanhamento de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;
- d) **Experiência profissional comprovada (anos/período):** Experiência mínima de 03 (três) anos em atividades de acompanhamento de ações no âmbito de políticas públicas. A comprovação será realizada por meio de prova material, tais como certificados de proficiência, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados.
- e) **Habilidades e competências:** Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

6.2. Desejáveis:

- a) **Experiência profissional** mínima de 01 (um) ano em atividades organizacionais, especialmente àquelas referentes à estrutura e mapeamento processuais e/ou formulação de normas, regulamentos e similares. A comprovação será realizada por meio de prova material, tais como certificados de proficiência, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados;
- b) **Experiência profissional** mínima de 01 (um) ano em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão e acompanhamento de programas/projetos/atividades da administração pública federal;

7. TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública. Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à coordenação executiva

do Projeto.

Critérios de Avaliação Técnica - Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	É <u>obrigatório</u> que o candidato possua pós-graduação, em direito ou administração ou ciências sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC	[100%] 10 pontos: doutorado [85%] 8,5 pontos: mestrado [70%] 7 pontos: pós-graduação	10
2	Experiência do candidato	É <u>obrigatório</u> que o candidato possua experiência profissional comprovada de no mínimo 05 (cinco) anos em atividades jurídico-administrativas, seja no âmbito público ou privado, relacionadas à produção e análise de pareceres e acompanhamento de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 15 pontos: 7 ou mais anos de experiência [85%] 13 pontos: 6 anos de experiência [70%] 11 pontos: 5 anos de experiência	15
		É <u>obrigatório</u> experiência mínima de 03 (três) anos em atividades de acompanhamento de ações no âmbito de políticas públicas. A comprovação será realizada por meio de prova material, tais como certificados de proficiência, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados.	[100%] 15 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 13 pontos: 4 anos de experiência [70%] 11 pontos: 3 anos de experiência;	15
		É <u>desejável</u> experiência mínima de 01 (um) ano em atividades organizacionais, especialmente àquelas referentes à estrutura e mapeamento processuais e/ou formulação de normas, regulamentos e similares. A comprovação será realizada por meio de prova material, tais como certificados de proficiência, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados.	[100%] 10 pontos: 3 anos ou mais de experiência [85%] 8,5 pontos: 2 anos de experiência [70%] 7 pontos: 1 ano de experiência	10
		É <u>desejável</u> que o candidato possua experiência profissional mínima comprovada de 01 (um) ano em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão e acompanhamento de programas/projetos/atividades da administração pública federal.	[100%] 10 pontos: 3 anos ou mais de experiência [85%] 8,5 pontos: 2 anos de experiência [70%] 7 pontos: 1 ano de experiência	10
3	Entrevista	Demonstra conhecimento técnico exigido no edital. (0 a 10 pontos) Possui boa fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos. (0 a 5 pontos) Demonstra capacidade de análise e síntese. (0 a 5 pontos)	Pontuação a ser atribuída de acordo com avaliação da comissão de seleção por meio de entrevista.	20
		Demonstra flexibilidade e bom relacionamento interpessoal; (0 a 10 pontos). Demonstra possuir capacidade para trabalho em equipe. (0 a 10 pontos)	Pontuação a ser atribuída de acordo com avaliação da comissão de seleção por meio de entrevista.	20
TOTAL DE PONTOS				100

8. ENTREVISTA:

Participarão da fase das entrevistas (fase final do processo de seleção e classificação) no mínimo 6 (seis)

candidatos que atingirem a maior pontuação na análise curricular, itens 1 e 2 da “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO”.

A entrevista valerá 40 (quarenta) pontos, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, fluência verbal e capacidade de raciocínio.

As entrevistas serão presenciais realizadas em Brasília-DF, no Edifício FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da comissão de seleção.

9. LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF

Brasília/DF, agosto de 2022.

Assinatura

Gabriel Medeiros Vilar
Diretor da DIGAP